

TÍTULO I – DIREITO AMBIENTAL
– INTRODUÇÃO E PRINCÍPIOS GERAIS

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

1. Nomenclatura da disciplina jurídica	51
2. Conceito de Direito Ambiental	52
3. Conceito de meio ambiente na legislação	
3.1 <i>Legislação federal</i>	55
3.2 <i>Legislação dos Estados</i>	55

CAPÍTULO II – PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO AMBIENTAL..... 57

1. Princípio do direito à sadia qualidade de vida	57
2. Princípio do acesso equitativo aos recursos naturais	
2.1 <i>O acesso aos recursos naturais</i>	59
2.2 <i>A equidade no acesso aos recursos naturais</i>	60
2.3 <i>A equidade no acesso aos recursos naturais e as futuras gerações</i>	61
2.4 <i>O acesso aos recursos naturais, as convenções internacionais e os</i> <i>Direitos nacionais</i>	61
3. Princípios usuário-pagador e poluidor-pagador	63
4. Princípio da precaução	
4.1 <i>A introdução do princípio da precaução no Direito Ambiental</i>	65
4.2 <i>Princípio da precaução na Declaração do Rio de Janeiro/92</i>	66
4.3 <i>O Brasil e o princípio da precaução nas convenções internacionais</i>	68
4.4 <i>O princípio da precaução na jurisprudência</i>	
4.4.1 <i>O princípio da precaução e as radiações nucleares, 70; 4.4.2 O</i> <i>princípio da precaução e a captura e caça ou a extinção de habitats</i> <i>de animais em perigo de extinção, 70; 4.4.3 O princípio da precaução</i> <i>e a Engenharia Genética, 71</i>	
4.5 <i>O princípio da precaução na Constituição da França</i>	
4.5.1 <i>A doença da “vaca louca” e o princípio da precaução, 73; 4.5.2</i> <i>A Carta do Meio Ambiente/2005 na Constituição da França, 73</i>	
4.6 <i>Características do princípio da precaução</i>	
4.6.1 <i>Incerteza do dano ambiental, 74; 4.6.2 Tipologia do risco ou da</i> <i>ameaça, 75; 4.6.3 Da obrigatoriedade do controle do risco para a vida,</i>	

a qualidade de vida e o meio ambiente, 76; 4.6.4 O custo das medidas de prevenção, 76; 4.6.5 Implementação imediata das medidas de prevenção: o não-adiamento, 77; 4.6.6 Elementos psicossociais do princípio da precaução, 78; 4.6.7 A incerteza e o princípio da precaução, 78; 4.6.8 A ignorância e o princípio da precaução, 78; 4.6.9 O medo e o princípio da precaução, 79; 4.6.10 O tempo, a deliberação e o princípio da precaução, 80; 4.6.11 A coragem, a ousadia e o princípio da precaução, 81; 4.6.12 O princípio da precaução e os princípios constitucionais da Administração Pública brasileira, 82, 4.6.13 A inversão do ônus da prova, 83

4.7 <i>O Estudo Prévio de Impacto Ambiental e a aplicação do princípio da precaução: diagnóstico do risco ambiental</i>	85
5. Princípio da prevenção	86
6. Princípio da reparação	89
7. Princípio da informação	91
8. Princípio da participação	
8.1 <i>Introdução</i>	95
8.2 <i>Organizações não-governamentais-ONGS</i>	96
8.3 <i>Participação na formação das decisões administrativas</i>	99
8.4 <i>Participação nos recursos administrativos e nos julgamentos administrativos</i>	100
8.5 <i>Participação no século XXI e instituição do plebiscito ambiental</i>	100
8.6 <i>Participação nas ações judiciais ambientais</i>	101
9. Princípio da obrigatoriedade da intervenção do Poder Público	103
9.1 <i>As Constituições Nacionais e a intervenção dos Estados</i>	103
9.2 <i>Função gestora dos Estados: meio ambiente como bem de uso comum do povo</i>	105
9.3 <i>Novas idéias de gestão ambiental: eficiência e prestação de contas</i>	105
9.4 <i>Governança ambiental</i>	106

TÍTULO II – CONSTITUIÇÃO FEDERAL E MEIO AMBIENTE

CAPÍTULO I – COMPETÊNCIA AMBIENTAL DA UNIÃO E DOS ESTADOS

1. Direito estrangeiro	109
1.1 <i>Espanha</i>	109
1.2 <i>Bélgica</i>	110
2. Direito brasileiro e Comparado	
2.1 <i>Introdução</i>	111
2.2 <i>Uma nova concepção de federalismo</i>	111
2.3 <i>A norma geral como limite da legislação federal ambiental</i>	112

2.4	<i>Competência suplementar dos Estados em matéria ambiental</i>	113
2.5	<i>A competência ambiental comum na Constituição Federal de 1988</i>	
2.5.1	<i>A implementação da legislação ambiental, 114; 2.5.2 Inconstitucionalidade de alguns artigos da Resolução 237/97-CONAMA, 115</i>	
2.6	<i>Estabelecimento de normas de cooperação institucional</i>	117
2.7	<i>MERCOSUL e cooperação ambiental</i>	120

CAPÍTULO II – CONSTITUIÇÃO FEDERAL E MEIO AMBIENTE

1.	<i>Introdução</i>	122
2.	<i>Afirmção de um direito ao meio ambiente</i>	
2.1	<i>Direito subjetivo e direito de titularidade coletiva</i>	123
2.2	<i>O Supremo Tribunal Federal e o conceito do direito ao meio ambiente</i> ..	125
2.3	<i>Direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado</i>	126
2.4	<i>Direito ao meio ambiente como bem de uso comum do povo</i>	126
2.5	<i>Direito ao meio ambiente como bem essencial à sadia qualidade de vida</i>	127
3.	<i>O Poder Público, a coletividade e a responsabilidade ambiental entre gerações</i>	
3.1	<i>O Poder Público, a coletividade e o meio ambiente</i>	128
3.2	<i>As presentes e futuras gerações – A responsabilidade ambiental entre gerações</i>	130
4.	<i>Direito à ação judicial: ação popular ambiental e ação civil pública ambiental</i>	131
4.1	<i>A ação popular ambiental na Constituição</i>	131
4.2	<i>A ação civil pública ambiental na Constituição e o Ministério Público</i> ..	134
5.	<i>As espécies, os ecossistemas e o patrimônio genético</i>	
5.1	<i>Do dever do Poder Público de preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e dos ecossistemas</i>	135
5.2	<i>Do dever do Poder Público de preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético</i>	136
6.	<i>O risco ambiental</i>	137
7.	<i>Interdição das práticas que submetam os animais a crueldade e interpretação da expressão “na forma da lei”</i>	138
8.	<i>A valorização da prevenção através do Estudo Prévio de Impacto Ambiental-EPIA</i>	140
8.1	<i>Caráter prévio do Estudo de Impacto Ambiental-EIA</i>	140
8.2	<i>O Estudo deve ser exigido “sem qualquer exceção”</i>	141
8.3	<i>O EPIA e o direito à informação</i>	142

9. As áreas protegidas

9.1 A alteração e a supressão dos espaços protegidos somente através de lei	142
9.2 Proibição de qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justificam a proteção dos espaços territoriais	145
9.3 Áreas protegidas e patrimônio nacional	146
10. O controle da energia nuclear	146
11. A obrigação de reparar o dano ambiental	147
12. O direito à educação ambiental	148
13. O desenvolvimento e o meio ambiente	
13.1 Os princípios da atividade econômica brasileira	149
13.2 Desenvolvimento ambiental e desenvolvimento sustentado	150
13.3 A função social da propriedade e o meio ambiente	151

TÍTULO III – SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE**CAPÍTULO ÚNICO – SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE**

1. A colegialidade nos órgãos ambientais	153
2. Competência dos organismos colegiados ambientais brasileiros	
2.1 Conselho de Governo	
2.1.1 Competência e composição do Conselho de Governo, 154; 2.1.2 Câmara de Políticas dos Recursos Naturais, 155	
2.2 Os Conselhos ambientais no Ministério do Meio Ambiente	156
2.2.1 Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA, 156; 2.2.2 Comitê do Fundo Nacional do Meio Ambiente, 158; 2.2.3 Conselho Nacional da Amazônia Legal, 159; 2.2.4 Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, 160	
2.3 Conselhos ambientais nos Estados	
2.3.1 Constituições dos Estados, 161; 2.3.2 Legislação dos Estados, 162	
3. Composição dos organismos colegiados ambientais brasileiros	
3.1 Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA	164
3.2 Organismos estaduais	
3.2.1 Constituições dos Estados, 164; 3.2.2 Legislação dos Estados, 165	
4. O meio ambiente na Administração Federal	
4.1 Ministério do Meio Ambiente	
4.1.1 Competência do Ministério, 166; 4.1.2 Órgãos do Ministério do Meio Ambiente, 166	
4.2 A transversalidade do tema “meio ambiente” nos Ministérios	167
4.3 O quadro funcional da Administração ambiental	168
4.4 IBAMA-Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	

4.4.1 Finalidade e estrutura do IBAMA, 171;	4.4.2 O IBAMA e a instituição de licenças: a atividade petrolífera, 171
4.5 <i>Serviço Florestal Brasileiro-SFB</i>	
4 5.1 O SFB: um órgão gestor das florestas públicas federais, 173;	4.5.2 O SFB não se ocupa das florestas privadas, 173;
4.5.3 O contrato de gestão e de desempenho e a autonomia do SFB, 174;	4.5.4 Do exercício da fiscalização pelo SFB e pelo IBAMA, 174
4.6 <i>O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade</i>	174

TÍTULO IV – INSTRUMENTOS DA POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

CAPÍTULO I – NOVOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

1. <i>Ação administrativa no tempo</i>	177
2. <i>Direito à publicidade ambiental</i>	
2.1 <i>Objetivos</i>	178
2.2 <i>Experiência estrangeira</i>	180
2.3 <i>Experiência brasileira</i>	181
3. <i>Direito à informação ambiental</i>	184
4. <i>Fase conciliatória</i>	186

CAPÍTULO II – ZONEAMENTO AMBIENTAL

1. <i>Zoneamento e desenvolvimento planejado</i>	188
2. <i>Zoneamento ambiental e segurança nacional</i>	190
3. <i>Zoneamento ambiental na experiência estrangeira</i>	191
4. <i>Zoneamento, urbanismo e poluição</i>	192
5. <i>Elaboração do zoneamento: participação do público</i>	
5.1 <i>Experiência estrangeira</i>	193
5.2 <i>Experiência brasileira</i>	196
6. <i>Elaboração do zoneamento municipal</i>	197
7. <i>Zoneamento ambiental, direito adquirido, revogação e anulação</i>	197
8. <i>Zoneamento ambiental e direito de propriedade</i>	201

CAPÍTULO III – ZONEAMENTO INDUSTRIAL NAS ÁREAS CRÍTICAS DE POLUIÇÃO

1. <i>Introdução</i>	203
2. <i>Proposta da Sociedade Brasileira de Direito do Meio Ambiente: Estudo de Impacto</i>	204
3. <i>Campo de incidência das disposições legais</i>	205
4. <i>Esquema de zoneamento urbano e sua criação por lei</i>	205
5. <i>O Município e as regiões metropolitanas</i>	206

6. Os Estados e o zoneamento industrial	207
7. A União e a implantação de zonas industriais	208
8. Critérios para estabelecer os padrões ambientais	208
9. As zonas instituídas pela lei	
9.1 A implantação da zona e a vigência da lei.....	211
9.2 Características das zonas industriais	
9.2.1 Zona de uso estritamente industrial, 211; 9.2.2 Zona de uso pre-	
dominantemente industrial, 212; 9.2.3 Zona de uso diversificado, 213;	
9.2.4 Zona de reserva ambiental, 213	
10. Relocalização de indústrias poluidoras	213

CAPÍTULO IV – ESTUDO PRÉVIO DE IMPACTO AMBIENTAL

1. Previsão na Constituição Federal	215
2. Previsão nas Constituições Estaduais	215
3. Previsão em convenções e declarações internacionais	
3.1 Convenção de Espoo	216
3.2 Declaração do Rio de Janeiro/92	217
4. Planejamento público – Redação dos atos administrativos federais e Estudo de Impacto Ambiental	218
5. Financiamento de obras ou atividades e EPIA	219
6. Função e natureza jurídica do EPIA	220
7. Competência do CONAMA para estabelecer normas gerais sobre o Estu- do de Impacto Ambiental	221
8. Competência dos Estados e Municípios e Estudo de Impacto Am- biental	221
9. Abrangência do Estudo de Impacto Ambiental	
9.1 Relação de atividades no Direito brasileiro e no Direito Comparado ...	222
9.2 Obrigatoriedade da exigência do Estudo de Impacto Ambiental nos casos especificados na legislação brasileira.....	225
9.3 A avaliação estratégica ambiental: abrangência dos planos e dos pro- gramas	227
10. Conteúdo do Estudo de Impacto Ambiental	
10.1 Estudo de Impacto Ambiental-EPIA e Relatório de Impacto Ambiental-RIMA	227
10.2 Área de influência do projeto	228
10.3 Planos e programas governamentais – Zoneamento ambiental	229
10.4 Alternativas	230
10.5 Descrição inicial do local	231
10.6 Identificação e avaliação dos impactos ambientais do projeto	232
10.7 Medidas para corrigir os impactos ambientais desfavoráveis	234
10.8 Impactos desfavoráveis e previsão no orçamento.....	235
10.9 Medidas compensatórias.....	236

<i>10.10 Medidas preventivas de riscos maiores e catástrofes.....</i>	238
<i>10.11 Distribuição dos ônus e benefícios sociais do projeto</i>	239
<i>10.12 Análise do desenvolvimento sustentado</i>	240
<i>10.13 Análise jurídica do projeto</i>	241
11. O proponente do projeto ou empreendedor	242
12. Os consultores do estudo e a responsabilidade civil e penal do em- preendedor	242
13. Participação do público	245
<i>13.1 Pedido do proponente do projeto e comunicação pela imprensa.....</i>	248
<i>13.2 Acesso ao EPIA/RIMA e sigilo</i>	
13.2.1 Sigilo, 248; 13.2.2 Acesso ao EPIA/RIMA, 249; 13.2.3 Acesso ao EPIA/RIMA integral, 250	
<i>13.3 Fase de comentários</i>	
13.3.1 Conceito – Quem pode comentar – Reabertura da fase de co- mentários, 251; 13.3.2 Comunicação da abertura da fase de comentá- rios, 251; 13.3.3 Duração da fase de comentários, 252	
<i>13.4 Audiência Pública</i>	
13.4.1 Introdução, 254; 13.4.2 Finalidade da Audiência Pública, 254; 13.4.3 Convocação da Audiência Pública, 255; 13.4.4 Edital de rece- bimento do EPIA/RIMA, 256; 13.4.5 Designação da Audiência Pública – Data e local, 256; 13.4.6 Direção e procedimento da audiência, 257; 13.4.7 Ata da audiência e juntada de documentação, 258; 13.4.8 A decisão do órgão licenciador e a Audiência Pública, 259; 13.4.9 Le- gislação comparada, 259	
14. O órgão público ambiental e o EPIA	
<i>14.1 Relação do órgão público com o proponente do projeto</i>	261
<i>14.2 Relação do órgão público ambiental com os técnicos habilitados</i>	261
<i>14.3 Relação do órgão público ambiental com o público.....</i>	262
<i>14.4 Licença Prévia e EPIA.....</i>	262
<i>14.5 O órgão público ambiental e os outros órgãos públicos no procedi- mento do EPIA</i>	263
<i>14.6 A decisão do órgão público ambiental.....</i>	263
<i>14.7 Responsabilidade criminal dos servidores públicos e EPIA</i>	264
<i>14.8 Indispensabilidade do EPIA e procedimentos preliminares</i>	265
<i>14.9 Dos prazos para os órgãos públicos ambientais.....</i>	267
15. Monitoramento e programa de acompanhamento	268
16. As licitações e o EPIA	268

CAPÍTULO V – LICENCIAMENTO AMBIENTAL

1. Utilização dos termos “licença” e “autorização”	271
2. Licenciamento ambiental e competência constitucional.....	272

3. A instituição do licenciamento ambiental	273
4. O licenciamento ambiental e o IBAMA	
4.1 Quadro do licenciamento obrigatório pelo IBAMA.....	275
4.2 Licenciamento ambiental supletivo pelo IBAMA.....	275
4.3 Licenciamento ambiental pelo IBAMA e interesse nacional e regional	276
5. Licenciamento ambiental estadual e legislação federal	277
6. Licenciamento ambiental e zoneamento ambiental	277
7. Licenciamento ambiental e padrões de qualidade	278
8. Licenciamento ambiental e normas de emissão	278
9. Licenciamento ambiental: prazo de validade, decadência e revogação	279
10. Licenciamento ambiental e financiamento por instituições oficiais	281
11. Tipos de licenciamento ambiental	281
12. Licenciamento ambiental e controle da poluição. Tecnologia apropriada	283
13. Licenciamento ambiental e unidade do licenciamento	283
14. Licenciamento ambiental e crime – Descumprimento das normas legais e regulamentares	284
15. Dos funcionários públicos e dos crimes contra a Administração ambiental	286
16. Do crime de deixar de cumprir obrigação de relevante interesse ambiental	288
17. Do crime de impedir ou dificultar a ação fiscalizadora do Poder Público	289
18. O licenciamento ambiental e o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais	290
19. O licenciamento ambiental de petróleo, gás natural e amianto	
19.1 Extração, industrialização, exploração e produção de petróleo e de gás natural – Agência Nacional de Petróleo-ANP.....	290
19.2 Extração, industrialização, comércio e transporte de asbesto/amianto..	293
20. Licenciamento ambiental de unidades de tratamento de esgotos sanitários	
20.1 O sentido das etapas de eficiência no tratamento de esgotos.....	295
20.2 Da capacidade de pagamento dos usuários.....	296
20.3 Do procedimento simplificado de licenciamento.....	296

CAPÍTULO VI – AUDITORIA AMBIENTAL

1. Nomenclatura	298
2. Conceito de auditoria ambiental	298
3. A auditoria ambiental e o desenvolvimento sustentável	300
4. Abrangência da auditoria	301

5. Conteúdo da auditoria ambiental	
5.1 Direito brasileiro	301
5.2 Direito Comparado.....	303
6. Estudo de Impacto Ambiental-EIA e auditoria ambiental	304
7. Licenciamento e auditoria ambiental	305
8. Monitoramento e auditoria ambiental	305
9. Inspeção e auditoria ambiental	306
10. O órgão público ambiental e a auditoria	306
11. Auditor ambiental	
11.1 Conceito de auditor.....	307
11.2 Capacitação do auditor.....	307
11.3 A independência dos auditores	
11.3.1 A independência dos auditores na auditoria ambiental pública, 307; 11.3.2 A independência dos auditores na auditoria ambiental privada, 308	
11.4 Responsabilidade dos auditores.....	309
12. Periodicidade da auditoria ambiental	309
13. Documentação da auditoria ambiental	310
14. Publicidade e/ou confidencialidade da auditoria ambiental	310
15. A auditoria ambiental e as organizações não-governamentais	311
16. Ação civil pública e auditoria ambiental	312
17. Auditoria florestal	312
18. Auditoria cívica	313

CAPÍTULO VII – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS AMBIENTAIS

1. Introdução	315
2. Multa	
2.1 Introdução	317
2.2 O dolo e a negligência na multa simples.....	318
2.3 As multas e a reparação do dano	319
3. Perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público e/ou perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito	320
4. Suspensão das atividades	320
4.1 Suspensão de atividades licenciadas.....	320
4.2 Suspensão de atividades não autorizadas	321
5. Redução das atividades	321
6. Sanções administrativas ambientais em nível federal	322
6.1 Apreensão	322
6.2 Apresamento de embarcação.....	324
6.3 Cassação de matrícula	324

6.4 Caducidade de autorização de pesquisa.....	324
6.5 Caducidade da concessão de lavra.....	325
6.6 Cancelamento do registro	325
6.7 Demolição de obra.....	325
6.8 Embargo.....	326
6.9 Interdição.....	326
6.10 Multa.....	327
7. Poder de polícia ambiental	
7.1 Conceito.....	327
7.2 Quem pode exercer o poder de polícia ambiental.....	328
7.3 Contra quem pode ser exercido o poder de polícia ambiental.....	329

CAPÍTULO VIII – FINANCIAMENTO – MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

1. Financiamento e meio ambiente	331
2. Conselho Monetário Nacional.....	331
3. Banco Central do Brasil	332
4. As instituições financeiras públicas federais e o licenciamento ambiental	333
5. As instituições financeiras públicas federais e as normas do CONAMA ...	335
6. Co-responsabilidades das instituições financeiras pelos danos ambientais	336
7. As instituições financiadoras e a prevenção do dano ambiental.....	337
8. A ação civil pública e o controle judicial dos financiamentos	338

TÍTULO V – RESPONSABILIDADE CIVIL

REPARAÇÃO DE DANO ECOLÓGICO E MEIOS PROCESSUAIS

PARA A DEFESA AMBIENTAL

CAPÍTULO I – RESPONSABILIDADE CIVIL E REPARAÇÃO DO DANO ECOLÓGICO

1. Histórico da utilização do termo “responsável”	341
2. Conceito de dano ecológico	
2.1 Direito Comparado	
2.1.1 Conceito de dano ecológico na Convenção de Lugano (Conselho da Europa) , 343; 2.1.2 Alemanha, 343; 2.1.3 Itália, 344; 2.1.4 Grécia, 345	
2.2 Direito brasileiro	345
3. Responsabilidade objetiva	
3.1 Direito brasileiro	345
3.2 Direito Comparado.....	348
4. Responsabilidade de prevenir	350

5. Dano residual, licença e co-responsabilidade do órgão público ambiental	352
6. Relação de causalidade	354
7. Obrigação de restauração, reparação e recuperação do meio ambiente	358
8. Prevenir e restaurar: obrigações não antagônicas	361
9. Responsabilidade civil e licenciamento ambiental	362
10. Responsabilidade civil e caso fortuito e força maior	363
11. Reparação do dano ecológico e seguro	366
12. Fundo para a reparação do dano ecológico	367

CAPÍTULO II – MEIOS PROCESSUAIS PARA A DEFESA AMBIENTAL	369
1. Ação popular	370
2. A participação do Ministério Público: inquérito civil, as recomendações do Ministério Público e o compromisso de ajustamento de conduta	
2.1 O inquérito civil	371
2.2 As recomendações do Ministério Público	373
2.3 O compromisso de ajustamento da conduta	374
3. Ação civil pública	376
3.1 Conceito e objetivos	377
3.2 Autores da ação civil pública	378
3.3 O Ministério Público na ação civil pública	378
3.4 Condenação em dinheiro e o Fundo de Defesa dos Direitos Difusos	379

TÍTULO VI – MUNICÍPIO – URBANISMO E MEIO AMBIENTE

CAPÍTULO I – MUNICÍPIO E MEIO AMBIENTE – ASPECTOS JURÍDICOS	
1. A União e o Município	381
2. Repartição das competências	383
3. Interesse local do Município e sistema de competências	384
4. O Poder Judiciário e a repartição de competências	386
5. Plebiscito, referendo e iniciativa popular e atuação dos munícipes no meio ambiente	387
6. O Município e a aplicação das legislações federal e estadual ambiental	387
7. A ordem urbanística	388
8. Procedimentos administrativos e intervenção do Município	
8.1 Plano diretor e Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001)	
8.1.1 Conceito do plano diretor e sua influência, 389; 8.1.2 Plano diretor municipal, e não plano diretor urbanístico, 390; 8.1.3 Conteúdo mí-	

nimo do plano diretor, 390; 8.1.4 Diretrizes ambientais, plano diretor e plano da bacia hidrográfica, 391; 8.1.5 Obrigatoriedade do plano diretor, 391

8.2 <i>Declaração de Impacto Ambiental e Estudo Prévio de Impacto Ambiental – Procedimentos de prevenção do dano ambiental</i>	
8.2.1 Declaração de Impacto Ambiental, 393; 8.2.2 Estudo Prévio de Impacto Ambiental, 394	
8.3 <i>Autorização ambiental municipal: publicidade e auditoria</i>	
8.3.1 Autorização e licença, 395; 8.3.2 Publicidade e auditoria, 395; 8.3.3 Competência estadual ambiental e invasão da competência municipal, 396; 8.3.4 Invasão da competência estadual ambiental pelo Município, 398	
8.4 <i>Sanção municipal ambiental</i>	399
9. Município e aspectos setoriais do meio ambiente	
9.1 <i>Águas</i>	399
9.2 <i>Agrotóxicos</i>	401
9.3 <i>Áreas verdes e praças</i>	402
9.4 <i>Atmosfera</i>	403
9.5 <i>Cultura – Proteção de bens e valores culturais através do tombamento</i>	403
9.6 <i>Fauna e zoológicos municipais</i>	403
9.7 <i>Flora</i>	405
9.8 <i>Atividades nucleares</i>	406
9.9 <i>Rejeitos</i>	407
9.10 <i>Ruído</i>	408
9.11 <i>Tráfego</i>	409
10. Município e defesa do meio ambiente em juízo	410

CAPÍTULO II – PARCELAMENTO DO SOLO URBANO

1. <i>Exigências urbanísticas obrigatórias para toda a Nação</i>	411
2. <i>A autonomia municipal e as normas urbanísticas federais</i>	412
3. <i>Conceito de loteamento e de desmembramento</i>	414
4. <i>Exigências fundamentais para a admissão do parcelamento</i>	415
5. <i>A intervenção dos organismos estaduais encarregados da preservação do meio ambiente e a aprovação dos loteamentos</i>	417
6. <i>Novos requisitos urbanísticos para o loteamento: a melhoria da qualidade de vida</i>	419
7. <i>Fixação das diretrizes pelas Prefeituras Municipais ou pelo Distrito Federal</i>	424
8. <i>Execução de obras pelo loteador – Intervenção do Ministério Público e ação da Prefeitura Municipal</i>	425
9. <i>Publicidade do procedimento</i>	426

10. Impugnação e ação judicial contra a aprovação e o registro do loteamento	427
-------------------------------------------------------------------------------------------	-----

CAPÍTULO III – PROTEÇÃO DAS PRAÇAS E DOS ESPAÇOS LIVRES

1. Conceito e função das praças	429
2. Defesa da saúde – Uma das funções da praça e dos espaços livres	430
3. A praça – Bem de uso comum do povo	430
4. As praças e a legislação de parcelamento do solo urbano	432
5. A praça e sua destinação	433
6. Prevalência do interesse “uso comum do povo” sobre outros interesses	436
7. Ministério Público, associações ambientais e cidadãos na defesa judicial das praças	437
8. O Poder Judiciário e a defesa das praças e dos espaços livres	439

TÍTULO VII – RECURSOS HÍDRICOS

CAPÍTULO ÚNICO – RECURSOS HÍDRICOS – LEI 9.433/97

1. Fundamentos da Política Nacional de Recursos Hídricos	441
1.1 Água como bem de domínio público	442
1.1.1 A água é “bem de uso comum do povo”, 442; 1.1.2 A água não é bem dominical do Poder Público, 444; 1.1.3 A abrangência da dominialidade pública das águas, Código Civil e Código das Águas. A questão da indenização, 444; 1.1.4 Águas pluviais, dominialidade pública e Código das Águas, 447	
1.2 A água como um bem de valor econômico	448
1.3 Uso prioritário e uso múltiplo das águas	
1.3.1 Uso prioritário, 448; 1.3.2 Uso múltiplo das águas, 450	
1.4 A bacia hidrográfica – A implementação da Política de Recursos Hídricos e a atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos	451
1.5 Gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos	453
2. Dos objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos	
2.1 As águas e o desenvolvimento sustentável	454
2.2 Prevenção das enchentes	455
3. Das diretrizes gerais de ação	456
4. Dos Planos de Recursos Hídricos	
4.1 Conceito, prazo de vigência e órgãos competentes	457
4.2 Abrangência: Plano de bacia hidrográfica, dos Estados e do País	458
4.3 Conteúdo	459
4.4 Plano de Recursos Hídricos e outorga de direitos de uso de recursos hídricos	461

4.5 Plano de Recursos Hídricos e cobrança do uso de recursos hídricos....	461
4.6 Plano de Recursos Hídricos e plano de aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos.....	462
4.7 Plano de Recursos Hídricos e licenciamento ambiental.....	463
4.8 Plano de Recursos Hídricos, publicidade e Audiência Pública.....	463
4.9 Plano de Recursos Hídricos e o Plano Nacional de Irrigação.....	464
4.10 Plano de Recursos Hídricos, planejamento e zoneamento ambiental...	464
5. Enquadramento dos corpos de água e competência para classificação das águas	465
6. Outorga de direitos de uso de recursos hídricos	
6.1 Conceito.....	467
6.2 Abrangência da outorga de uso das águas.....	469
6.3 Outorga e reserva hídrica	
6.3.1 Reserva hídrica para salvaguarda ambiental, 470; 6.3.2 Outorga preventiva para declaração de disponibilidade de água, 470; 6.3.3 Declaração de reserva de disponibilidade hídrica para uso do potencial de energia hidráulica, 471	
6.4 Outorga dos direitos de uso da água e Estudo Prévio de Impacto Ambiental.....	472
6.5 Outorga dos direitos de uso de recursos hídricos e licenciamento ambiental.....	473
6.6 Vinculação, discricionariedade e ônus da prova do requerente.....	474
6.7 Publicidade do procedimento de outorga e direito à informação.....	474
6.8 Outorga dos direitos de uso de recursos hídricos e dever de fiscalizar.....	475
6.9 Condições constantes da outorga dos direitos de uso das águas e cobrança do uso.....	476
6.10 Suspensão da outorga dos direitos de uso de recursos hídricos.....	476
6.11 Outorga do direito de uso das águas e aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.....	477
6.12 Outorga de direitos de uso das águas e lançamento de esgotos.....	479
6.13 Não exigibilidade da outorga dos direitos de uso das águas.....	480
6.14 Infrações relativas à outorga.....	480
6.15 Sistema integrado de outorgas.....	481
6.16 Delegação da outorga.....	481
7. Cobrança do uso de recursos hídricos	
7.1 Finalidade.....	482
7.2 Cobrança pelo uso de recursos hídricos e outorga de direitos de uso de recursos hídricos.....	483
7.3 Cobrança pelo uso de recursos hídricos pelas concessionárias de energia elétrica.....	484
7.4 Fixação dos valores a serem cobrados.....	485

<i>7.5 As receitas da cobrança nos rios de domínio da União e a Conta Única do Tesouro Nacional</i>	486
<i>7.6 Aplicação dos valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos</i>	
7.6.1 Aplicação prioritária na bacia hidrográfica, 487; 7.6.2 Critérios de utilização dos valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos: 7.6.2.1 Financiamento de estudos, programas, projetos e obras incluídos nos Planos de Recursos Hídricos, 488; 7.6.2.2 Objeto do financiamento, 488; 7.6.2.3 Os órgãos do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e o limite das despesas de implantação e de custeio administrativo, 489	
<i>7.7 Cobrança pelo uso de recursos hídricos e existência de Plano de Recursos Hídricos</i>	489
<i>7.8 Natureza jurídica dos valores arrecadados pelo uso dos recursos hídricos</i>	490
8. Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos	491
9. Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos	492
10. Conselho Nacional de Recursos Hídricos	
10.1 Composição do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.....	494
10.2 Competência do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.....	495
11. A Agência Nacional de Águas-ANA	
11.1 Introdução.....	499
11.2 Competência da ANA.....	500
11.3 A ANA e o contrato de gestão	
11.3.1 A ANA e a descentralização, 502; 11.3.2 O contrato de gestão:	
11.3.2.1 O Plano de Recursos Hídricos e o contrato de gestão, 503;	
11.3.2.2 As despesas com pessoal, 504	
11.4 A aplicação das receitas pela entidade delegatária.....	504
11.5 Transferência das receitas de cobrança para as entidades delegatárias.....	505
11.6 A avaliação das entidades delegatárias.....	506
11.7 Responsabilização no caso de malversação das receitas e dos bens.....	506
12. Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos	508
13. Comitês de Bacia Hidrográfica	509
13.1 Diferentes tipos de Comitês.....	509
13.2 Área de atuação dos Comitês de Bacia Hidrográfica.....	510
13.3 Instituição dos Comitês de Bacia Hidrográfica em rios de domínio da União.....	511
13.4 Composição dos Comitês de Bacia Hidrográfica	
13.4.1 Introdução, 512; 13.4.2 Os usuários nos Comitês de Bacias Hidrográficas, 514; 13.4.3 Das entidades civis nos Comitês de Bacias Hidrográficas, 515	

13.5 Competência dos Comitês de Bacias Hidrográficas em rios de domínio da União	515
13.6 Autonomia dos Comitês de Bacia Hidrográfica e intervenção do Conselho Nacional de Recursos Hídricos	518
13.7 Os Comitês de Bacia Hidrográfica e as entidades delegatárias	
13.7.1 Os Comitês de Bacia Hidrográfica e o contrato de gestão, 519;	
13.7.2 Os Comitês e a informação enviada pelas entidades delegatárias e pela Comissão de Avaliação, 520; 13.7.3 Os Comitês de Bacia Hidrográfica e sua secretaria-executiva, 520	
14. As Agências de Água	
14.1 Introdução	521
14.2 Agências de Água, Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e autonomia dos Estados	521
14.3 Agências de Água e o planejamento	522
14.4 Agências de Água e a informação	522
14.5 Agências de Água e atividade financeira	522
14.6 Controle da atividade financeira das Agências de Água	523
14.7 A substituição das Agências de Água	
14.7.1 Introdução, 524; 14.7.2 As Agências de Água: 14.7.2.1 Relação das Agências de Água com os Comitês de Bacia Hidrográfica, 524; 14.7.2.2 Criação das Agências de Água, 525; 14.7.2.3 A delegação das funções das Agências de Água, 525; 14.7.3 As entidades delegatárias das Agências de Água, 526	
15. Organizações civis de recursos hídricos	527
15.1 As organizações civis de recursos hídricos não devem ter fins lucrativos	529

TÍTULO VIII – ASPECTOS JURÍDICOS DA POLUIÇÃO

CAPÍTULO I – CONCEITO DE POLUIÇÃO

1. Legislação federal	531
2. Legislação dos Estados	532

CAPÍTULO II – POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA – ASPECTOS PENAIS

1. Legislação estrangeira	534
2. Legislação brasileira: comentários ao art. 38 da Lei das Contravenções Penais	
2.1 Provocar emissão	536
2.2 Emissão abusiva	536
2.3 “Fumaça, vapor ou gás”	537

CAPÍTULO III – POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA – ASPECTOS ADMINISTRATIVOS E CIVIS

1. Experiência estrangeira	540
1.1 Estados Unidos	540
1.2 Alemanha	542
1.3 Japão	543
1.4 França	544
2. Legislação brasileira e fixação de padrões	545
3. Lei 8.723, de 28.10.1993, dispendo sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores	
3.1 Destinatários da lei.....	548
3.2 Abrangência	548
3.3 Cronograma de implementação para os fabricantes de veículos	548
3.4 Licença para uso da configuração de veículos ou motor	549
3.5 A obrigação dos órgãos responsáveis pelos combustíveis e o cronograma de implementação	
3.5.1 A obrigação dos órgãos responsáveis pelos combustíveis, 550;	
3.5.2 Cronograma de implementação, 551	
3.6 Serviços de diagnóstico, regulagem de motores e sistemas de controle de emissões.....	552
3.7 Monitoramento da qualidade do ar	552
4. Proteção da camada de ozônio	553
5. Aquecimento global: Convenção do Clima e Protocolo de Kyoto	555
6. Poluição do ar pela queimada da palha de cana-de-açúcar	557
7. Poluição pela fumaça do tabaco	560

CAPÍTULO IV – POLUIÇÃO POR RESÍDUOS SÓLIDOS

1. Conceito de resíduo sólido	562
2. Normas administrativas gerais sobre coleta, transporte e disposição de resíduos sólidos	563
3. Formas de destino final dos resíduos sólidos	563
3.1 Depósito a céu aberto	563
3.2 Depósito em aterro sanitário	
3.2.1 Conceito, 564; 3.2.2 Escolha do local, 565	
3.3 Incineração	566
3.4 Transformação do resíduo sólido em composto.....	566
3.5 Reciclagem e recuperação de energia.....	566
3.6 As baterias e as pilhas. A Resolução CONAMA 257/99.....	567
3.7 Proibição de importação de pneu usado	568
4. Atuação da União, dos Estados e dos Municípios e o planejamento	
4.1 Atuação da União, dos Estados e dos Municípios.....	568

4.2 <i>Plano de saneamento básico de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos</i>	569
5. Da prestação regionalizada de serviços públicos de saneamento básico	570
6. Dos aspectos econômicos e sociais	571
7. Punição dos atos poluidores por lançamento e destinação inadequada dos resíduos sólidos	
7.1 <i>Punição administrativa</i>	572
7.2 <i>Punição penal</i>	572

CAPÍTULO V – POLUIÇÃO POR REJEITOS PERIGOSOS

1. Conceito de rejeito perigoso	575
2. Tratamento do rejeito no lugar em que ele foi gerado	577
3. O registro como forma de gestão e controle dos rejeitos perigosos – Tutela penal e administrativa	578
4. O manifesto como forma de controle dos rejeitos perigosos	580
5. Zoneamento e condições dos locais aptos para a eliminação dos rejeitos perigosos	580
6. Sistema de autorização concernente a rejeitos perigosos – Revogação da autorização e intervenção judicial	581
7. Responsabilidade pelos danos ambientais e rejeitos perigosos	584
8. Movimento transfronteiriço de rejeitos perigosos e Direito Internacional e Comparado	585
9. Movimento transfronteiriço de rejeitos e o Direito brasileiro	589
9.1 <i>Tipos de resíduos</i>	590
9.2 <i>Proibição ou autorização de importação de resíduos</i>	
9.2.1 <i>Importação de resíduos perigosos, 590; 9.2.2 Importação de resíduos “não-inertes”, 591</i>	
9.3 <i>Infrações e resíduos</i>	592

CAPÍTULO VI – POLUIÇÃO POR AGROTÓXICOS

1. Agrotóxicos – Constituição Federal e Constituições Estaduais	594
2. Conceito de agrotóxicos, seus componentes e afins	595
3. Das competências administrativas	
3.1 <i>Competências dos Ministérios</i>	596
3.2 <i>Comitê Técnico de Assessoramento para Agrotóxicos</i>	598
4. Registro de agrotóxicos	
4.1 <i>Conceito</i>	599
4.2 <i>Competência para registrar o agrotóxico</i>	599
4.3 <i>Avaliação técnico-científica e registro</i>	600
4.4 <i>Publicidade prévia do pedido de registro</i>	601
4.5 <i>Direito à informação e procedimento de registro</i>	602

4.6	<i>Autorização para uso emergencial e necessidade de registro</i>	603
4.7	<i>Pedido de registro e ônus da prova do registrante</i>	604
4.8	<i>Condições para registro de agrotóxicos novos e com inovações</i>	605
4.9	<i>Registro de produto equivalente</i>	607
4.10	<i>Proibições de registro e informações e provas a serem apresentadas pelo registrante</i>	608
4.11	<i>Reavaliação do registro de agrotóxicos que têm como componentes os organoclorados</i>	610
4.12	<i>Reavaliação do registro. Auditoria ambiental e a legislação estadual de agrotóxicos</i>	610
4.13	<i>Organismos internacionais e registro</i>	611
4.14	<i>Registro. Embalagem e rótulo</i>	612
4.15	<i>Prazos de tramitação do procedimento de registro e inexistência de registro por decurso do prazo</i>	612
4.16	<i>Decisão da Administração Pública no procedimento de registro e responsabilidade do servidor público</i>	614
4.17	<i>Análise do produto após o registro</i>	615
4.18	<i>Impugnação do registro</i>	
	4.18.1 <i>Legitimidade para impugnar administrativamente, 615; 4.18.2 Conteúdo da impugnação: descumprimento de requisitos formais do procedimento, 616; 4.18.3 Arguição sobre o mérito do pedido de registro, 616</i>	
4.19	<i>Infração administrativa pela ausência de registro</i>	617
4.20	<i>Ações judiciais e registro de agrotóxico</i>	617
	5. Registro especial para pesquisa e experimentação	
5.1	<i>Conceito</i>	618
5.2	<i>Quem pode requerer registro especial</i>	618
5.3	<i>Responsabilidade da pesquisa e da experimentação</i>	618
5.4	<i>Órgãos competentes para conceder o registro especial</i>	619
5.5	<i>Os Estados e o registro especial</i>	619
5.6	<i>Destinação dos produtos agrícolas e dos restos de cultura – Responsabilidade civil e penal</i>	619
5.7	<i>Estudo de Impacto Ambiental e localização de área para destinação final dos produtos agrícolas e restos de cultura</i>	620
5.8	<i>Controle da Administração sobre a pesquisa e experimentação com agrotóxicos</i>	621
	6. Produção de agrotóxicos	
6.1	<i>Registro da empresa – Autorização</i>	621
6.2	<i>Competência para fiscalização</i>	621
	7. Importação de agrotóxicos	
7.1	<i>Registro do agrotóxico</i>	622

7.2 Registro da empresa.....	623
7.3 Restrições à importação e Constituições Estaduais	623
7.4 MERCOSUL e livre circulação de substâncias ativas e/ou suas formulações de produtos fitossanitários	623
8. Exportação	624
9. Comercialização de agrotóxicos	
9.1 Conceito	625
9.2 Comercialização e obrigação da receita do produto.....	625
9.3 Exceção à necessidade de receita.....	625
9.4 Venda de agrotóxico a usuário – Necessidade de receita	626
9.5 Registro da empresa de comercialização – Sanções.....	627
9.6 Obrigação de conservar cópia da receita.....	627
9.7 Venda de agrotóxico e receituário.....	628
10. Transporte de agrotóxicos	
10.1 Agrotóxico: produto perigoso para transporte	628
10.2 Transporte de agrotóxico em embalagem apropriada	628
10.3 Proibições de transporte rodoviário – Responsabilidade pela carga	629
10.4 Receita e transporte de agrotóxico	630
10.5 Itinerário do veículo transportador de agrotóxico	630
10.6 Procedimentos em caso de emergência, acidente ou avaria – Responsabilidade civil.....	631
10.7 Responsabilidade penal e transporte de agrotóxico	631
11. Usuário de agrotóxicos	
11.1 Introdução	632
11.2 Responsabilidade civil do usuário de agrotóxico	632
11.3 Responsabilidade penal do usuário de agrotóxico	634
12. Prestador de serviço na aplicação de agrotóxico	
12.1 Conceito	634
12.2 Registro do prestador de serviço.....	635
12.3 Obrigação de autocontrole na prestação de serviços.....	635
12.4 Responsabilidade civil do prestador de serviço	636
12.5 Responsabilidade penal do prestador de serviço	636
13. Empregador	
13.1 Das obrigações específicas do empregador.....	637
13.2 Responsabilidade penal do empregador	637
14. Análise global da responsabilidade civil na Lei de Agrotóxicos.....	638
15. Armazenagem de agrotóxicos	639
16. Embalagens de agrotóxicos: deveres do usuário, das empresas produtoras e comercializadoras	640
16.1 Do usuário de agrotóxicos, seus componentes e afins.....	640
16.2 As empresas produtoras e comercializadoras de agrotóxicos, seus componentes e afins	641

16.2.1 Da diferença do conceito de empresas produtoras e comercializadoras de agrotóxicos e do conceito de comerciante, 641; 16.2.2 A extensão da responsabilidade do produtor do agrotóxico, seus componentes e afins, 642

16.3 Da destinação das embalagens..... 643

17. Receituário de agrotóxicos

17.1 Conteúdo da receita – Legislação federal e estadual 643

17.2 Especificidade da receita e diagnóstico 644

17.3 Conteúdo da receita e manejo integrado de pragas 645

17.4 Conteúdo da receita: quantidade total de agrotóxico e dosagens de aplicação..... 645

17.5 Conteúdo da receita: intervalo de segurança 646

17.6 Advertência quanto às precauções de uso, primeiros socorros e proteção ao meio ambiente 647

17.7 Receita – Armazenamento de agrotóxico e época de aplicação 647

17.8 Caráter público da receita 648

17.9 Responsabilidade civil do profissional 648

17.10 Responsabilidade penal do profissional 649

CAPÍTULO VII – POLUIÇÃO SONORA

1. Conceito de ruído 652

2. Poluição sonora e avaliação fisiológica 653

3. Efeitos do ruído 653

4. Normas de emissão e de imissão do som

4.1 Direito Comparado 654

4.2 A Resolução 1/90-CONAMA 656

5. Planejamento ambiental e zoneamento ambiental

5.1 Direito alemão 657

5.2 Direito norte-americano 658

5.3 Direito japonês 659

5.4 Direito brasileiro 659

6. Estudo de Impacto Ambiental e ruído 660

7. Licenciamento ambiental e ruído 661

8. Monitoramento e auditoria ambiental do ruído 662

9. Responsabilidade pelo ruído

9.1 Responsabilidade pelos produtos

9.1.1 Direito brasileiro, 663; 9.1.2 Direito da União Européia, 666;

9.1.3 Direito norte-americano, 666; 9.1.4 Direito grego, 667

9.2 Responsabilidade pelo exercício de atividades e pela construção de obras

9.2.1 Direito brasileiro, 667; 9.2.2 Direito Comparado, 668; 9.2.3

Utilização dos aeroportos – Experiência francesa, 669

10. Ação civil pública e ruído	669
---------------------------------------------	-----

CAPÍTULO VIII – EXPLORAÇÃO MINERAL

1. Introdução

1.1 Impactos ambientais e mineração	671
-------------------------------------------	-----

1.2 Danos ambientais prováveis da mineração	671
---------------------------------------------------	-----

2. Depósito mineral e/ou jazida – Lavra e lavra garimpeira

2.1 Conceito de jazida.....	672
-----------------------------	-----

2.2 Conceito de lavra	672
-----------------------------	-----

2.3 Conceito de lavra garimpeira ou garimpagem.....	672
-----------------------------------------------------	-----

3. A legislação ambiental – Impedimentos e/ou restrições da exploração mineral

3.1 A Constituição Federal e a vedação de exploração mineral	673
--------------------------------------------------------------------	-----

3.2 Parques nacionais, estaduais e municipais.....	673
----------------------------------------------------	-----

3.3 Reservas biológicas	674
-------------------------------	-----

3.4 Estações ecológicas	674
-------------------------------	-----

3.5 Áreas de Proteção Ambiental (APAS).....	675
---------------------------------------------	-----

3.6 Áreas tombadas.....	676
-------------------------	-----

3.7 Áreas de Preservação Permanente.....	676
------------------------------------------	-----

3.8 Reservas Legais Florestais.....	677
-------------------------------------	-----

3.9 Cavidades naturais subterrâneas	678
-------------------------------------------	-----

4. Competência para legislar sobre jazidas e minas e competência para legislar sobre o meio ambiente

5. Princípio da precaução e do desenvolvimento sustentável – As empresas mineradoras e o DNPM

5.1 O princípio da precaução	679
------------------------------------	-----

5.2 O princípio do desenvolvimento sustentado	679
-----------------------------------------------------	-----

6. O DNPM e sua atuação ambiental

7. Exploração mineral e deveres ambientais.....

7.1 Dever ambiental na pesquisa mineral	681
-----------------------------------------------	-----

7.2 Dever ambiental do concessionário da lavra	682
------------------------------------------------------	-----

7.3 Dever ambiental do permissionário da lavra garimpeira	682
-----------------------------------------------------------------	-----

8. Estudo de Impacto Ambiental e exploração mineral

8.1 Introdução.....	683
---------------------	-----

8.2 EIA e a classe dos minerais	683
---------------------------------------	-----

9. O DNPM e o CONAMA – Necessidade de normas de automonitoramento, auditoria e inspeção – Dever de informar.....

10. Licenciamento ambiental e autorização de pesquisa mineral.....

11. Licenciamento ambiental e exploração mineral

11.1 Análise do Decreto 97.507/89.....	687
----------------------------------------	-----

11.2 Licenciamento ambiental de lavra garimpeira.....	688
-------------------------------------------------------	-----

<i>11.3 Licença ambiental para exploração mineral – A Lei 7.805/89 e as Resoluções 9/90 e 10/90-CONAMA</i>	689
12. Competência comum de registro, acompanhamento e fiscalização	690
13. Crime e exploração mineral	690
14. Sanções administrativas	691
15. Dever de recuperar o meio ambiente degradado pela exploração de recursos minerais	692

CAPÍTULO IX – CRIMES AMBIENTAIS

1. Introdução	696
2. Aplicação de penas restritivas de direitos às pessoas físicas	
2.1 <i>Introdução</i>	697
2.2 <i>Prestação de serviços à comunidade</i>	697
2.3 <i>Interdição temporária de direitos</i>	698
2.4 <i>Suspensão parcial ou total de atividades</i>	699
2.5 <i>Prestação pecuniária</i>	699
2.6 <i>Recolhimento domiciliar</i>	700
3. Responsabilidade penal da pessoa jurídica	
3.1 <i>Direito brasileiro</i>	
3.1.1 <i>Introdução</i> , 700; 3.1.2 <i>A Constituição Federal e a responsabilidade penal da pessoa jurídica</i> , 700; 3.1.3 <i>Reparação e sanção</i> , 702; 3.1.4 <i>A tipificação do comportamento da pessoa jurídica – Interesse ou benefício da entidade</i> , 703; 3.1.5 <i>Abrangência da responsabilidade penal: pessoa jurídica de Direito Privado e de Direito Público</i> , 705; 3.1.6 <i>Das penas aplicáveis às pessoas jurídicas</i> , 706: 3.1.6.1 <i>Pena de multa cominada à pessoa jurídica</i> , 706; 3.1.6.2 <i>Pena de restrição de direitos cominada à pessoa jurídica</i> , 707: 3.1.6.2.1 <i>Suspensão parcial ou total de atividades</i> , 707; 3.1.6.2.2 <i>Interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade</i> , 708; 3.1.6.2.3 <i>Proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações</i> , 709; 3.1.6.3 <i>Pena de prestação de serviços à comunidade cominada à pessoa jurídica</i> , 709; 3.1.7 <i>As pessoas físicas autoras, co-autoras ou partícipes e a responsabilidade penal das pessoas jurídicas</i> , 709	
3.2 <i>Responsabilidade penal da pessoa jurídica no Direito Comparado</i>	
3.2.1 <i>Congresso da Associação Internacional de Direito Penal</i> , 709;	
3.2.2 <i>Noruega</i> , 710; 3.2.3 <i>Portugal</i> , 710; 3.2.4 <i>França</i> , 710; 3.2.5 <i>Canadá</i> , 713; 3.2.6 <i>Venezuela</i> , 714; 3.2.7 <i>Conselho da Europa</i> , 714	
4. Do crime de poluição	
4.1 <i>Crimes contra o meio ambiente, leis e regulamentos</i>	715
4.2 <i>Crime de poluição</i>	
4.2.1 <i>Art. 54, caput, e seu § 1º, da Lei 9.605/98: incriminação de todas as formas de poluição</i> , 717; 4.2.2 <i>Crime qualificado de poluição</i> , 719:	

4.2.2.1 Art. 54, § 2º, I – Proteção de áreas urbanas e rurais para ocupação humana, 719; 4.2.2.2 Art. 54, § 2º, II – Poluição atmosférica qualificada, 720; 4.2.2.3 Art. 54, § 2º, III – Poluição hídrica qualificada, 720; 4.2.2.4 Art. 54, § 2º, IV – Proteção do uso das praias, 720; 4.2.2.5 Art. 54, § 2º, V – Lançamento de resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, ou detritos, óleos ou substâncias oleosas, 721; 4.2.3 Criminalização da ausência de medidas de precaução, 721

4.3 Criminalidade na exploração mineral

4.3.1 Pesquisa, lavra e extração de recursos minerais, 722; 4.3.2 Deixar de recuperar a área pesquisada ou explorada: art. 55, parágrafo único, 724

4.4 Produto ou substância tóxica, perigosa ou nociva à saúde e criminalidade (art. 56 da Lei 9.605/98) 724

4.4.1 Produto ou substância tóxica em relação à saúde humana ou ao meio ambiente, 724; 4.4.2 Produto ou substância perigosa em relação à saúde humana ou ao meio ambiente, 725; 4.4.3 Produto ou substância nociva à saúde humana ou ao meio ambiente, 725; 4.4.4 Abandono de agrotóxicos, de substâncias perigosas e de substâncias nocivas à saúde, 726; 4.4.5 Utilização de agrotóxicos, de substâncias perigosas e de substâncias nocivas à saúde, 726; 4.4.6 Permanência do art. 16 da Lei 7.802/89, 726; 4.4.7 Substância nuclear ou radioativa, 726

4.5 Disseminação de doenças, pragas e espécies 728

5. Juizado Especial Criminal e crime ambiental 729

TÍTULO IX – ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE – FLORESTAS, LEI DO BIOMA MATA ATLÂNTICA E FAUNA – ASPECTOS JURÍDICOS

CAPÍTULO I – ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE NAS CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS – 1989 733

CAPÍTULO II – ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E O CÓDIGO FLORESTAL

1. Introdução

1.1 As florestas, o interesse comum e o uso nocivo da propriedade 736

1.2 Área de preservação permanente-APP e floresta de preservação permanente 737

1.3 Conceito de florestas de preservação permanente 737

2. A existência das APPS e das florestas ou demais formas de vegetação de preservação permanente 738

3. A supressão de vegetação em APPS	739
3.1 A Constituição Federal, os espaços territoriais especialmente protegidos e as APPS	739
3.2 Supressão de vegetação em APPS e o Código Florestal.....	740
3.2.1 A supressão da vegetação nas APPS, utilidade pública e interesse social, 740; 3.2.2 A supressão da vegetação nas APPS, o EPIA e o procedimento administrativo próprio, 741; 3.2.3 Supressão da APP urbana, 742	
3.3 Supressão da vegetação e publicidade.....	743
4. Reservatório artificial e APP	744
5. Demarcação e averbação das APPS	744
6. Competência constitucional – Ação da União, dos Estados e dos Municípios	744
7. O direito de propriedade, função social da propriedade, a lei, a APP e o CONAMA	
7.1 Direito de propriedade.....	745
7.2 Função social da propriedade e lei	745
7.3 A APP e o CONAMA.....	747
8. Destinação do solo – Criação de florestas de preservação permanente e reflorestamento	748
9. Utilização das florestas de preservação permanente	749
10. Florestas de preservação permanente e indenização	751
11. Tutela penal das florestas de preservação permanente e crimes florestais	753
12. Infrações administrativas referentes às florestas de preservação permanente	756

CAPÍTULO III – RESERVA LEGAL FLORESTAL

1. Conceito e abrangência	757
2. Reserva Legal Florestal e sua relação com outros espaços territoriais protegidos	758
3. A Constituição Federal e a Reserva Legal Florestal	
3.1 A Reserva Legal Florestal é espaço territorialmente protegido, na acepção do art. 225, § 1º, III, da CF	759
3.2 A Reserva Legal Florestal e a legislação dos Estados.....	759
4. O poder de polícia concernente à Reserva Legal Florestal	759
5. Área da Reserva	760
6. Localização da Reserva	760
7. Características da Reserva Legal Florestal	
7.1 Inalterabilidade relativa da destinação.....	761
7.2 Regime de manejo florestal sustentável	762
7.3 Gratuidade da constituição da Reserva Legal Florestal	763

7.4 Averbação da Reserva Legal Florestal no Registro de Imóveis	
7.4.1 Legislação federal, 763; 7.4.2 Legislação estadual, 764	
7.5 Medição e demarcação da Reserva Legal Florestal	764
7.6 Isenção de imposto territorial rural sobre a Reserva Legal Florestal ..	765
8. Redução ou ampliação da Reserva Legal Florestal pela Administração Pública	765
9. Infrações administrativas	766
10. Ações judiciais e a Reserva Legal Florestal	767

CAPÍTULO IV – O BIOMA MATA ATLÂNTICA E A LEI 11.428/2006 768

1. Área de abrangência e competência para legislar	769
2. Objetivos e princípios do regime jurídico do Bioma Mata Atlântica	769
3. Vegetação primária e vegetação secundária	
3.1 Conceituação	770
3.2 Regime da vedação de corte e supressão da vegetação primária e secundária	772
3.3 Vegetação primária e secundária: utilidade pública, práticas preservacionistas e pesquisas científicas	773
4. Regras especiais no Bioma da Mata Atlântica	
4.1 Estudo Prévio de Impacto Ambiental.....	774
4.2 Novos empreendimentos.....	775
4.3 Compensação ambiental.....	776
4.4 Áreas urbanas e regiões metropolitanas	
4.4.1 Proibições de autorizações para supressão da vegetação, 777;	
4.4.2 Possibilidade de autorizações para a supressão da vegetação, 777	
5. A proteção penal do Bioma Mata Atlântica	778
6. Conclusão	779

CAPÍTULO V – FAUNA

1. Conceito de fauna silvestre	780
2. Competência para legislar sobre fauna	781
3. A fauna e os modos de aquisição da propriedade móvel no Direito anterior	781
4. A fauna silvestre como bem público	783
5. A caça	
5.1 A caça e a conservação da fauna silvestre.....	786
5.2 Modalidades de caça.....	788
5.2.1 Caça profissional, 788; 5.2.2 Caça de controle, 789; 5.2.3 Caça amadorista, 789; 5.2.4 Caça de subsistência, 791; 5.2.5 Caça científica, 791	

6. <i>A intervenção do Poder Público na caça</i>	792
7. <i>Avaliações preliminares para abertura da caça e Estudo de Impacto Ambiental</i>	792
8. <i>Proibições específicas de caça</i>	794
9. <i>A caça e a propriedade privada</i>	795
10. <i>A caça e a destruição do “habitat” – Reparação de danos</i>	796
11. <i>Crimes contra a fauna</i>	797
12. <i>Comércio da fauna silvestre</i>	
12.1 <i>Comércio ilegal</i>	802
12.2 <i>Comércio legal</i>	806
12.3 <i>Comércio internacional</i>	807

TÍTULO X – SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

CAPÍTULO I – CONCEITUAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	811
1. <i>Unidades de Proteção Integral</i>	811
2. <i>Unidades de Uso Sustentável</i>	812

CAPÍTULO II – ASPECTOS JURÍDICOS RELATIVOS ÀS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

1. <i>Procedimento de criação, de alteração e de supressão das unidades de conservação</i>	
1.1 <i>Criação das unidades de conservação</i>	814
1.2 <i>A desafetação da unidade de conservação e a modificação de seus limites</i>	815
2. <i>Compensação do dano ambiental e unidades de conservação</i>	
2.1 <i>Compensação ambiental</i>	816
2.2 <i>Obrigações do empreendedor de apoiar as unidades de proteção e o Estudo de Impacto Ambiental</i>	817
2.3 <i>Pagamento a ser efetuado pelo empreendedor</i>	818
2.4 <i>Do cálculo do pagamento a ser efetuado pelo empreendedor</i>	819
2.5 <i>Abrangência do dever jurídico de compensar na Lei 9.985/2000</i>	821
2.6 <i>Possibilidade de o empreendedor ser proprietário e mantenedor de uma unidade de conservação</i>	823
2.7 <i>Compensação e população tradicional</i>	824
3. <i>Plano de Manejo e unidades de conservação</i>	
3.1 <i>Conceito</i>	824
3.2 <i>Conteúdo do Plano de Manejo: parte vinculada e parte discricionária</i> ..	825
3.3 <i>Plano de Manejo e participação pública</i>	826

3.4 Plano de Manejo, o Estudo de Impacto Ambiental e o princípio da precaução	826
3.5 Plano de Manejo e defesa nacional	
3.5.1 Plano de Manejo de unidades de conservação situadas fora da faixa de fronteira e as ações militares e policiais, 827; 3.5.2 Plano de Manejo das unidades de conservação situadas na faixa de fronteira, 828	
4. Direito de propriedade, zonas de amortecimento e corredores ecológicos	830
5. Direitos e deveres da população tradicional das unidades de conservação	
5.1 Direitos da população tradicional	833
5.2 Deveres da população tradicional	835
6. A pesquisa científica nas unidades de conservação	836
6.1 Objetivos da pesquisa nas unidades de conservação	836
6.2 A autorização para a pesquisa científica nas unidades de conservação	836
6.3 Responsabilidade criminal dos pesquisadores e dos administradores das unidades de conservação	837
7. O acesso do público às unidades de conservação	
7.1 A regulamentação do acesso público	838
7.2 Dos direitos dos visitantes e dos deveres do Poder Público e das pessoas físicas ou jurídicas de direito privado	839
8. Da gestão das unidades de conservação	
8.1 O princípio da autonomia dos entes políticos federados e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza	840
8.2 A gestão do Sistema Nacional de Unidades de Conservação-SNUC e os órgãos competentes	841
8.3 A gestão das unidades de conservação e os recursos financeiros	842
8.4 A gestão das unidades de conservação e as organizações da sociedade civil de interesse público	843
8.4.1 As organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs) e o Ministério da Justiça, 843; 8.4.2 Unidade de conservação, OSCIP, contrato de parceria e licitação, 844; 8.4.3 O Decreto 4.340/2002: gestão compartilhada e insuficiência da regulamentação: 8.4.3.1 Gestão compartilhada, 845; 8.4.3.2 A insuficiência do Decreto 4.340/2002 quanto às OSCIPs, 846; 8.4.4 O controle público das organizações sociais civis de interesse público e responsabilidade civil, 847; 8.4.5 As organizações sociais civis de interesse público teriam poder de polícia nas unidades de conservação?, 847	
9. Proteção penal das unidades de conservação	848

10. As florestas públicas – Lei 11.284/2006 e as unidades de conservação	
10.1 Conceito	849
10.2 Abrangência das florestas públicas	849
11. Conclusão	850

TÍTULO XI – DANO NUCLEAR E REJEITOS RADIOATIVOS

CAPÍTULO I – PREVENÇÃO DO DANO NUCLEAR – UMA DAS FACES DA RESPONSABILIDADE	851
-----------------------------------------------------------------------------------------	------------

CAPÍTULO II – MEDIDAS PREVENTIVAS ESPECÍFICAS DO DANO NUCLEAR

1. Introdução	855
2. Medição das radiações	855
2.1 Medida das radiações e controle da poluição nuclear pelos Estados e Municípios	858
3. Notificação do público	858
4. Zoneamento da área adjacente à instalação nuclear	
4.1 Experiência estrangeira	859
4.2 Direito brasileiro	
4.2.1 Experiência brasileira e poder de autorizar atracação de navios nucleares – Uso da ação civil pública, 861; 4.2.2 Zoneamento nuclear e competência federal e municipal, 862; 4.2.3 A estação ecológica como entorno da usina nuclear, 863	

CAPÍTULO III – DIREITO DE INFORMAÇÃO, PREVENÇÃO DO DANO NUCLEAR E INTERVENÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES	865
------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------

CAPÍTULO IV – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NUCLEAR E PREVENÇÃO DO DANO NUCLEAR

1. Experiência estrangeira	
1.1 Espanha.....	868
1.2 França	868
1.3 Estados Unidos da América	869
2. Experiência brasileira	
2.1 Fiscalização e fomento da energia nuclear: atividades a serem separadas.....	871
2.2 Composição da CNEN – Necessidade de reformulação	872
2.3 Poder de polícia nuclear: licenciamento e suspensão da licença	872
2.4 Poder de polícia nuclear: autorização e suspensão da operação das instalações nucleares.....	873

2.5 Normas de segurança nuclear e de segurança radioativa	874
2.5.1 Instalação nuclear, 875; 2.5.2 A supervisão técnica independente em usinas núcleo-elétricas e outras instalações: forma inovadora de cooperação privada na fiscalização, 875	
2.6 O Sistema de Proteção ao Programa Nuclear – Intervenção da União e situação de emergência	877
2.7 Medicina, Odontologia e radioproteção	
2.7.1 Legislação básica, 879; 2.7.2 Princípios da radioproteção, 880;	
2.7.3 Medicina Nuclear, 882; 2.7.4 Direito à informação na radioproteção, 883	
2.8 Atribuições da CNEN e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária concernentes à radiação ionizante e a competência dos Estados e dos Municípios	883
2.9 Conclusões	884

CAPÍTULO V – REJEITOS RADIOATIVOS: LEI 10.308, DE 20.11.2001

1. Introdução	886
2. Conceito de rejeito radioativo	887
3. Responsabilidade civil e rejeitos radioativos	
3.1 Responsabilidade civil sem culpa	889
3.2 Responsabilidade civil por danos causados ao meio ambiente por rejeitos radioativos	890
4. Tipos de depósitos de rejeitos radioativos	891
4.1 Depósitos provisórios	891
4.2 Depósitos iniciais	
4.2.1 Introdução, 892; 4.2.2 Atividade geradora do rejeito radioativo, depósito inicial e responsabilidade civil, 892	
4.3 Depósitos intermediários e depósitos finais	893
5. Seleção de locais para depósitos de rejeitos radioativos	
5.1 Seleção de locais para depósitos iniciais	893
5.2 Seleção de depósitos intermediários e finais	894
5.3 Seleção dos locais para depósitos e plano diretor dos Municípios	895
6. Descomissionamento e fechamento dos depósitos de rejeitos radioativos	
6.1 Descomissionamento	895
6.2 Fechamento do depósito radioativo	896
7. Licença ambiental dos depósitos: controle indispensável	896
8. As proibições expressas na Lei 10.308/2001	897
9. Os Estados e os Municípios e os rejeitos radioativos	898
9.1 Os Estados e a responsabilidade pela guarda dos depósitos provisórios: possível inconstitucionalidade	898

9.2 Os Municípios e a compensação financeira pelos depósitos de rejeitos radioativos	899
10. Gestão dos rejeitos radioativos segundo a Convenção Comum sobre a Segurança do Combustível Usado e sobre a Segurança da Gestão dos Rejeitos Radioativos	900
11. A informação na gestão dos rejeitos radioativos.....	900
11.1 Informação na seleção dos locais para depósitos de rejeitos radioativos	901
11.2 Informação durante a gestão dos depósitos de rejeitos radioativos.....	901
11.3 Informação anual ao Congresso Nacional	902
12. A CNEN-Comissão Nacional de Energia Nuclear e seus poderes	902

TÍTULO XII – PROTEÇÃO DA ZONA COSTEIRA – ASPECTOS JURÍDICOS

CAPÍTULO ÚNICO – PROTEÇÃO DA ZONA COSTEIRA – ASPECTOS JURÍDICOS

1. Introdução	905
2. O litoral nas Constituições Estaduais de 1989.....	905
2.1 Áreas de preservação permanente litorâneas	906
2.2 Autorização	
2.2.1 Alagoas, 906; 2.2.2 Maranhão, 906; 2.2.3 Piauí, 906; 2.2.4 Rio de Janeiro, 907; 2.2.5 São Paulo, 907	
2.3 Autorização pelo órgão estadual competente e homologação pela Assembleia Legislativa.....	907
2.4 Gerenciamento costeiro estadual obrigatório.....	907
2.5 Obrigatoriedade de combater a poluição	908
2.6 Comportamentos específicos	
2.6.1 Esgotos, 908; 2.6.2 Lixo, 908; 2.6.3 Gabaritos para construções, 908	
3. Zona Costeira	909
4. Praias – Conceito – Uso e acesso	
4.1 Conceito	912
4.2 Uso	913
4.3 Acesso	914
5. Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC) e competência da União	915
5.1 Ausência de plano e utilização da Zona Costeira	915
5.2 Planejamento e Zona Costeira	916
5.3 Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – Inovação da Lei 7.661/88 – Conteúdo e elaboração do plano	

5.3.1 Inovação, 916; 5.3.2 Conteúdo, 916; 5.3.3 Elaboração, 917	
6. Relacionamento federal, estadual e municipal na gestão da Zona Costeira	918
7. Estudo de Impacto Ambiental na Zona Costeira	919
8. Licenciamento e sanção do descumprimento das condições da licença	920
9. Responsabilidade civil na Zona Costeira	920
10. Comunicação ao CONAMA das sentenças condenatórias e Ministério Público	921
11. Gestão de resíduos nos portos, instalações portuárias e plataformas e poluição causada por descarga de óleo ou de substâncias nocivas ou perigosas – A Lei 9./2000	821
11.1 Das obrigações ambientais e das infrações dos portos organizados, instalações portuárias e plataformas	
11.1.1 Dos conceitos e das competências, 922; 11.1.2 Das instalações de recebimento e tratamento dos resíduos e dos meios destinados ao combate à poluição, 922; 11.1.3 Dos planos de emergência, 923; 11.1.4 O manual de procedimento interno, 924; 11.1.5 Das auditorias ambientais independentes e a Lei 9.966, de 28.4.2999, 925	
11.2 O risco e a classificação das substâncias nocivas ou perigosas	926
11.3 Da descarga de óleo, substâncias nocivas e perigosas e lixo	926
12. A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar e a Proteção do Meio Ambiente	927

TÍTULO XIII

PATRIMÔNIO CULTURAL – ASPECTOS JURÍDICOS

CAPÍTULO I – O PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO

1. Conceito de “cultura”	929
2. O patrimônio cultural nas Constituições Republicanas	930
3. O patrimônio cultural, a Constituição Federal de 1988, as Constituições Estaduais e o Direito Comparado	
3.1 O patrimônio cultural e a Constituição Federal de 1988	930
3.2 A proteção do patrimônio cultural e os Estados	
3.2.1 Competência dos Conselhos Estaduais de Cultura, 933; 3.2.2 Composição dos Conselhos Estaduais de Cultura, 934	
3.3 Os Fundos Estaduais de Cultura	935
3.4 O patrimônio cultural e ambiental no Direito Comparado	936
3.5 O patrimônio cultural e a partilha das competências constitucionais	937
4. O patrimônio cultural e o Decreto-lei 25, de 30.11.37	937

5. O patrimônio natural e sua proteção conjunta com o patrimônio cultural	938
6. O Poder Público e as várias formas constitucionais de proteção do patrimônio cultural	939

CAPÍTULO II – REGISTRO DE BENS CULTURAIS DE NATUREZA IMATERIAL

1. Os livros do registro	940
2. Condições para o registro	940
3. Semelhanças e diferenças entre registro de bens culturais de natureza imaterial e tombamento	942
4. Procedimento para a inscrição no registro federal de bens imateriais	
4.1 Dos que podem solicitar o registro	943
4.2 Da instrução do pedido de registro	944
4.3 Da atuação do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural	944
5. Título de “Patrimônio Cultural do Brasil”: concessão, duração e revalidação	944

CAPÍTULO III – TOMBAMENTO

1. Histórico da legislação de tombamento	
1.1 Origem do termo “tombamento”	946
1.2 O tombamento e sua introdução no Brasil	947
1.3 Introdução do tombamento na Constituição Federal de 1988	948
2. O tombamento nas Constituições Estaduais	
2.1 Instituição do tombamento pelas Constituições Estaduais	948
2.2 Proteção especial a etnias	949
2.3 Alteração e/ou supressão da proteção	950
2.4 Criação de incentivos	950
3. A divisão de competências constitucionais no caso do tombamento	
3.1 Possibilidade de mais de um tombamento: a competência comum	950
3.2 As normas gerais sobre tombamento e a competência legislativa suplementar	952
4. Tombamento e o planejamento nacional, estadual e municipal: pela instituição de um Sistema Nacional do Patrimônio Cultural	953
5. Estrutura dos organismos administrativos de proteção do patrimônio	
5.1 Histórico da gestão do patrimônio cultural	954
5.2 O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN	955
5.3 Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural	
5.3.1 Histórico do sistema de colegiado na proteção do patrimônio cultural, 955; 5.3.2 O Conselho Consultivo, 956	

6. Espécies de tombamento	957
7. Instituição do tombamento: por lei e por ato do Poder Executivo	
7.1 Instituição por lei.....	958
7.2 Instituição por ato do Poder Executivo.....	958
8. Processo do tombamento	960
9. Tombamento provisório	962
10. A gestão dos bens tombados e a função cultural e social da propriedade	
10.1A propriedade e o Decreto-lei 25/37.....	964
10.2 A propriedade no Código Civil Brasileiro de 2002 e o patrimônio cultural.....	965
11. A gestão dos bens tombados: deveres dos proprietários privados	
11.1 Dever de comunicar a necessidade de reparar o bem tombado.....	966
11.2 Dever de não destruir, demolir, deteriorar, mutilar ou inutilizar a coisa tombada	967
11.3 Dever de solicitar ao Poder Público autorização para reparar, pintar ou restaurar	968
11.4 Dever de solicitar autorização para a colocação de cartazes.....	969
11.5 Dever de comunicar ao Poder Público a intenção de vender a coisa tombada.....	970
11.6 Dever de solicitar autorização para a saída da coisa tombada do País	971
12. A gestão dos bens tombados: direitos dos proprietários privados	
12.1 Direito de usar a coisa tombada.....	971
12.2 Direito de pedir o cancelamento do tombamento	972
13. Gratuidade no tombamento e a indenização dos proprietários privados	973
13.1 Existência de prejuízo e confrontação dos direitos do proprietário privado e do órgão público	973
13.2 A singularidade e a generalidade das limitações sobre o bem tombado	
3.2.1 Introdução, 975; 13.2.2 Bem tombado como parte de um acervo de bens tombados, 976; 13.2.3 Bem tombado singularmente, 977	
14. Gestão dos bens públicos tombados	978
15. A vizinhança como área protegida	980
16. Crimes e patrimônio cultural	981
17. Informação, precaução e participação: por um novo sistema de gestão dos bens tombados	984
17.1 Informação na gestão dos bens tombados	984
17.2 O princípio da precaução na gestão dos bens tombados	985
17.3 A participação na gestão dos bens tombados	985
18. Proteção internacional do patrimônio cultural e natural	
18.1 Introdução	986

18.2 Tombamento internacional?.....	987
18.3 Significado da inclusão na Lista do Patrimônio Mundial.....	988

TÍTULO XIV – ENGENHARIA GENÉTICA E MEIO AMBIENTE – ASPECTOS JURÍDICOS

CAPÍTULO ÚNICO – ENGENHARIA GENÉTICA E MEIO AMBIENTE – ASPECTOS JURÍDICOS

1. Introdução	991
2. Riscos da Engenharia Genética	993
3. Utilização da Engenharia Genética	995
4. Antecedentes da legislação brasileira – Direito Comparado	996
5. Finalidade da Lei 11.105/2005	996
6. Abrangência da Lei 11.105/2005	
6.1 Atividades e projetos	997
6.2 Exercício das atividades de Engenharia Genética somente por pessoas jurídicas.....	997
6.3 Vedação do exercício da Engenharia Genética para as pessoas físicas – Duvidosa constitucionalidade	998
7. Atividades não abrangidas pela Lei 11.105/2005	1000
8. Competências constitucionais da União, dos Estados e dos Municí- pios com relação à Engenharia Genética	1000
9. Proibições e comportamentos vinculados	1001
9.1 Proibição da implementação de projeto relativo a OGM sem a manu- tenção de registro de seu acompanhamento individual (art. 6º, I).....	1002
9.2 Proibição da prática de engenharia genética em organismo vivo ou do manejo “in vitro” de ADN/ARN natural ou recombinante, realizado em desacordo com as normas previstas na lei (art. 6º, II)	1002
9.3 Proibição de engenharia genética em célula germinal humana, zigoto humano e embrião humano (art. 6º, III).....	1003
9.4 Proibição da clonagem humana (art. 6º, IV).....	1003
9.5 Proibição da destruição ou descarte no meio ambiente de OGM e seus derivados em desacordo com as normas estabelecidas (art. 6º, V)	1003
9.6 Proibição da liberação no meio ambiente de OGM ou seus derivados, no âmbito de atividades de pesquisa, sem a decisão técnica favorável da CTNBio (art. 6º, VI).....	1004
9.7 Proibição da liberação comercial de OGM ou seus derivados sem o pa- recer favorável da CTNBio (art. 6º, VI)	1004
9.8 Proibição da liberação comercial de OGM e seus derivados, sem o li- cenciamento ambiental, quando este seja necessário (art. 6º, VI).....	1004

9.9 Proibição da utilização, comercialização, registro, patenteamento e licenciamento de tecnologias genéticas de restrição do uso (art. 6º, VII).....	1005
10. Conselho Nacional de Biossegurança-CNBIS	
10.1 Competência	1005
10.2 Composição.....	1006
11. Comissão Técnica Nacional de Biossegurança-CTNBio	1006
11.1 Competência da CTNBio	1007
11.1.1 Competência para estabelecer normas, 1008; 11.1.2 Competência para definir nível de biossegurança e classe de risco, 1008; 11.1.3 Competência para avaliação do risco, 1008; 11.1.4 Competência para expedir autorização, 1009; 11.1.5 Competência para expedir decisão técnica e fundamentação da decisão, 1010; 11.1.6 Competência sobre o meio ambiente, 1011; 11.1.7 Competência para emitir Certificado de Qualidade em Biossegurança-CQB, 1012; 11.1.8 Competência para divulgação dos atos da CTNBio, 1012	
11.2 Composição da CTNBio	1013
11.2.1 Número de membros da CTNBio, 1014; 11.2.2 Modo de escolha dos membros da CTNBio, 1014; 11.2.3 Os cientistas e/ou especialistas na CTNBio, 1015; 11.2.4 Os representantes do Governo na CTNBio, 1016	
11.3 Funcionamento da CTNBio	
11.3.1 O princípio da precaução e os membros da CTNBio, 1017; 11.3.2 Publicidade ou sigilo nas reuniões da CTNBio, 1018; 11.3.3 Presidência da CTNBio, 1019; 11.3.4 Instalação da reunião e votação, 1019; 11.3.5 Impedimentos dos representantes na CTNBio, 1020; 11.3.6 As subcomissões setoriais, 1021	
11.4 O Ministério Público Federal e a CTNBio	1021
12. Ministérios e órgãos competentes no plano federal	
12.1 Introdução	1022
12.2 Registro de produtos contendo OGM	1022
12.3 Competência para emitir autorização para a importação de OGM e seus derivados	1023
12.3.1 Da autorização para liberação ou descarte de OGM no meio ambiente, 1024	
13. O Estudo Prévio de Impacto Ambiental e o princípio da precaução	1025
14. Certificado de Qualidade em Biossegurança-CQB	
14.1 O CQB na Lei 11.105/2005.....	1026
14.2 O CQB e a CIBio.....	1026

14.3 O conteúdo do requerimento para obtenção do CQB.....	1027
14.4 Dos prazos para a obtenção do CQB.....	1028
14.5 As vistorias e o CQB	1028
15. Comissão Interna de Biossegurança-CIBio	
15.1 Introdução.....	1029
15.2 Composição da CIBio.....	1030
15.3 Competência da CIBio	
15.3.1 Informação, 1030; 15.3.2 Prevenção e inspeção, 1030; 15.3.3	
Avaliação de propostas e seu encaminhamento à CTNBio, 1030;	
15.3.4 Registro do acompanhamento individual do projeto e sua	
obrigatoriedade, 1032; 15.3.5 A CIBio e a notificação do resultado	
das avaliações de risco e da ocorrência de acidente, 1032; 15.3.6	
Investigação de ocorrência de acidentes e de enfermidades, 1033	
15.4 Dispensa da constituição da CIBio	1033
16. O técnico principal de cada projeto.....	1034
17. Rotulagem nos produtos oriundos da Biotecnologia.....	1036
18. Responsabilidade penal na Lei 11.105/2005.....	1037
18.1 Crime da utilização de embrião humano em desacordo com o que	
dispõe o art. 5º da Lei 11.105/2005: Pena – detenção, de um a três	
anos, e multa (art. 24).....	1038
18.2 Crime da prática de engenharia genética em célula germinal huma-	
na, zigoto humano ou embrião humano: Pena – reclusão, de um a	
quatro anos, e multa (art. 25)	1039
18.3 Crime da realização de clonagem humana: Pena – reclusão, de dois	
a cinco anos, e multa (art. 26)	1040
18.4 Liberação ou descarte de OGM no meio ambiente, em desacordo	
com as normas estabelecidas pela CTNBio e pelos órgãos e entidades	
de registro e fiscalização: Pena – reclusão, de um a quatro anos, e	
multa (art. 27).....	1040
18.5 Crime de utilização, comercialização, registro, patenteamento e li-	
cenciamento de tecnologias genéticas de restrição do uso: Pena – re-	
clusão, de dois a cinco anos, e multa (art. 28)	1041
18.6 Crime de produção, armazenamento, transporte, comercialização,	
importação ou exportação de OGM ou seus derivados, sem autoriza-	
ção ou em desacordo com as normas estabelecidas pela CTNBio e	
pelos órgãos e entidades de registro e fiscalização: Pena – reclusão,	
de um a dois anos, e multa (art. 29)	1042
18.7 Crime de comercialização de material biológico	1043
19. Clonagem humana – Problemas jurídicos	
19.1 A dignidade humana	1044

19.2 O clone	1045
19.3 Discussão jurídica do clone na espécie humana	1046
20. Responsabilidade penal da pessoa jurídica e OGM	
20.1 A presença das pessoas jurídicas na Engenharia Genética	1048
20.2 A responsabilidade penal da pessoa jurídica	1049
21. Responsabilidade civil objetiva e OGM	1050
22. Financiamento das atividades ligadas a OGM e co-responsabilidade ...	1051
23. Ação civil pública e OGM	1052

TÍTULO XV – COMÉRCIO INTERNACIONAL, MERCOSUL E DIREITO AMBIENTAL INTERNACIONAL

CAPÍTULO I – COMÉRCIO INTERNACIONAL E MEIO AMBIENTE

1. Introdução	1053
2. O comércio internacional e o GATT/OMC	1054

CAPÍTULO II – MERCOSUL E DIREITO AMBIENTAL INTERNACIONAL

1. Das finalidades do Mercado Comum do Sul-MERCOSUL	1056
2. Responsabilidade ambiental dos Estados e soberania	1057
3. As Constituições nacionais dos Estados-Partes e o meio ambiente	1059
4. O Federalismo e o MERCOSUL	1059
5. Acordo-Quadro sobre Meio Ambiente do MERCOSUL	1062
5.1 Os princípios no Acordo ambiental	1062
5.2 A cooperação no Acordo ambiental: sociedade civil e governos	1063
5.3 Áreas temáticas	1064
6. O meio ambiente nos acordos bilaterais entre os membros do MERCOSUL	1064
7. Procedimentos administrativos de prevenção do dano ambiental nacional transfronteiriço	
7.1 Estudo de Impacto Ambiental	1065
7.2 Monitoramento ambiental	1066
7.3 Avaliação e institucionalização do controle ambiental contínuo	1067
8. Aplicação interna das normas emanadas dos órgãos do MERCOSUL	1068
9. Solução de controvérsias e acesso à Justiça no MERCOSUL	
9.1 Solução de controvérsias	
9.1.1 As controvérsias e a estrutura do Protocolo de Olivos, 1071; 9.1.2	
Jurisdição dos Tribunais do MERCOSUL, 1072; 9.1.3 Reclamações de	
particulares, 1073	
9.2 Acesso ao Poder Judiciário no MERCOSUL	1074

10. Normas jurídico-ambientais comunitárias e o sistema da Comunidade Européia-CE	1075
10.1 As diferentes normas jurídicas da CE	1076
10.2 O conteúdo das normas: “nível de proteção elevado”	1077
10.3 Os Estados-membros podem ter normas mais severas que as da CE?	1077
11. Normas jurídico-ambientais comunitárias e o sistema do NAFTA	1078
BIBLIOGRAFIA	1081
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	1103